

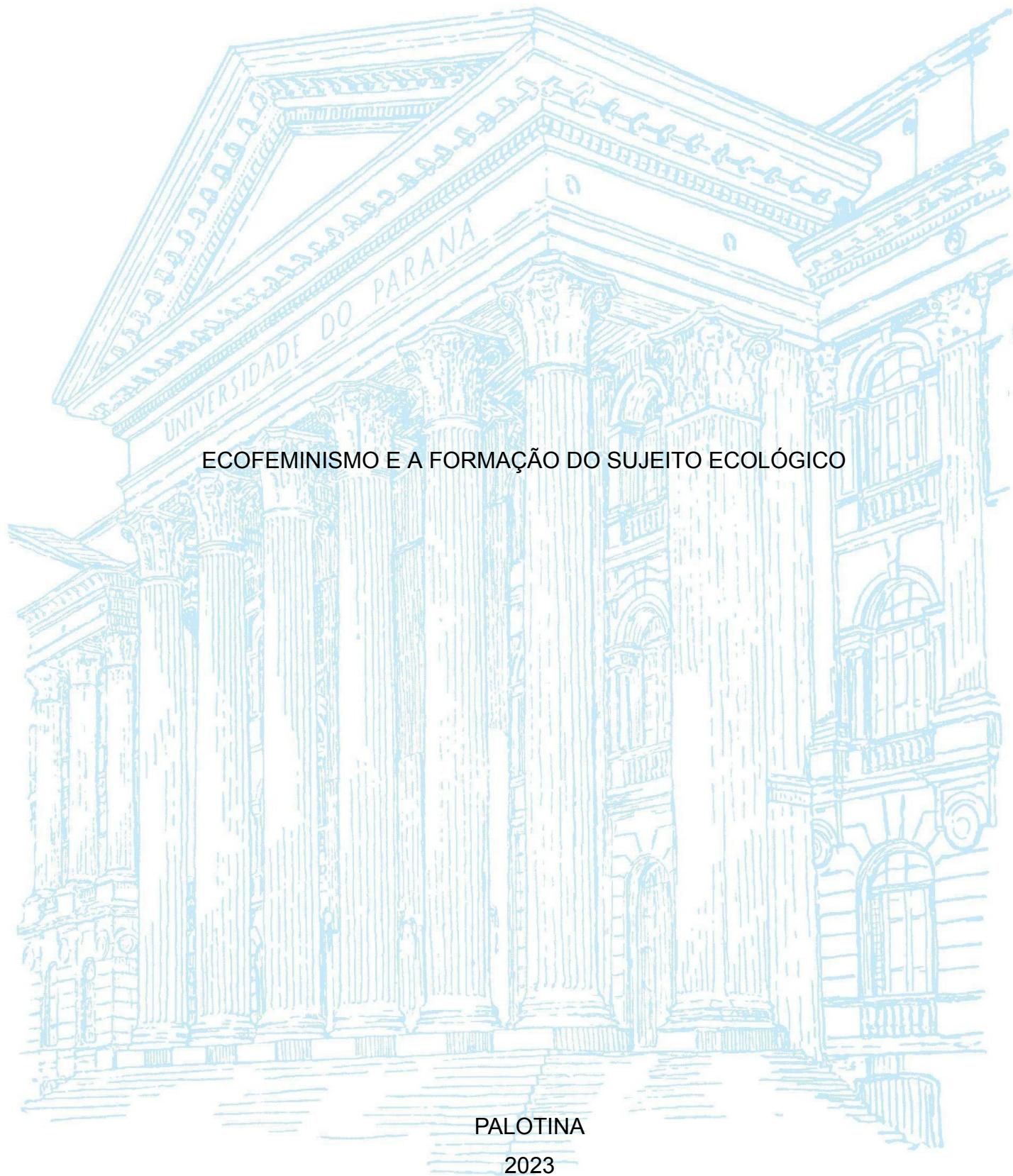
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAROLINE MOURA ALVES

ECOFEMINISMO E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO

PALOTINA

2023



KAROLINE MOURA ALVES

ECOFEMINISMO E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Setor de Palotina, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profa. Dra. Valéria Ghislotti Iared

PALOTINA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE
Rua Pioneiro, 2153, - - Bairro Jardim Dallas, Palotina/PR, CEP
85950-000 Telefone: 3360-5000 - <http://www.ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – UFPR SETOR PALOTINA

Às 13:30 horas do dia 04 de dezembro de 2023, reuniu-se na sala virtual do Teams da Universidade Federal do Paraná – Setor Palotina, a Banca Examinadora infra nomeada para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) aluno(a) Karoline Moura Alves, orientado(a) pelo(a) Prof^a. Valéria Ghislotti Iared, como um dos requisitos parciais para concluir o curso de graduação em Ciências Biológicas. Iniciados os trabalhos, o(a) Presidente da Banca concedeu a palavra ao(à) aluno(a), para a exposição do seu trabalho. A seguir, foi concedida a palavra aos membros da Banca para arguição do(a) aluno(a). Após os questionamentos, a Banca se reuniu para atribuir a nota ao(à) aluno(a), o(a) qual obteve a média final 100, sendo assim considerado(a) APROVADO(A).

Sem mais a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente e demais membros da Banca Examinadora.

Banca:

Prof^a Dr^a Valéria Ghislotti Iared (Presidente)

Prof^a Dr^a Roberta Chiesa Bartelmebs (Titular)

Ma. Yarú Mills Siqueira (Titular)



Documento assinado eletronicamente por **VALERIA GHISLOTI IARED, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/12/2023, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA CHIESA BARTELMEBS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/12/2023, às 08:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Yarú Mills Siqueira civilmente Iara Mills Siqueira**, **Usuário Externo**, em 05/12/2023, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **6242727** e o código CRC **7A74A4AC**.

Referência: Processo nº 23075.046328/2023-07

SEI nº 6242727

Dedico este trabalho a três grandes mulheres muito importantes em minha vida, Antonia, Leontina e Karine. Sem vocês eu não chegaria aonde cheguei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro momento a todos os profissionais da educação que em alguma forma me motivaram a chegar até aqui, em especial, agradeço à minha orientadora Valéria por todo apoio e carinho.

Aos meus orientadores amados, Tiago e Roberta, sou grata por todo aprendizado ao longo desses três anos de projeto, aulas e parcerias.

À Cristina, por me acolher como sua família e me oferecer colinho para chorar, uma família para brincar e muitas conversas profundas que tocaram a minha alma.

À minha família, que sempre estiveram comigo comemorando cada nota, cada projeto, em cada lágrima e, principalmente, cada conquista que alcancei nesta jornada acadêmica. Aqui eu preciso abrir um espaço especial para agradecer a minha mãe e meu pai. Não tivemos uma história de família de comercial de margarina, pois a nossa caminhada é marcada com muita dor e luta, apesar disso eu cresci livre, podendo sonhar e correr em direção aos meus objetivos e se eu posso fazer isso foi por que vocês se sacrificaram. Amo vocês.

À espiritualidade, principalmente minha Orixá Iansã, por toda vitória e força que eles me deram para aguentar os piores dias dessa caminhada.

Ao meu terreiro, “Fé, amor e caridade”, em especial a mãe Marlene e os meus iaôs Franklin, Marco e Arthur, por sempre me manter na corrente de oração e me ensinar os feitiços certos, na hora certa.

À Jordana, minha amiga/irmã, por estar sempre ao meu lado e principalmente por alimentar os gatos e limpar a caixinha deles quando eu estava muito ocupada trabalhando que nem doida.

Às minhas irmãs/irmão de coração Amanda, Daiana, Analigia, Bruna, Thaís, Dioni, Maria Victória e Jhulia. Cada um de vocês foram e são essenciais, são laços que com toda certeza quero manter para além dessa existência.

Aos meus queridos amigos de turma, mesmo com brigas e intrigas, aqueles que eram de verdade ficarão para sempre em meu coração.

À chapa do Centro Acadêmico “Gestão- Pasternak”, a mais maravilhosa de toda a história do curso, meninas, foi uma grande honra trabalhar com vocês, irei guardar essa experiência no meu coração.

À coordenação do curso, por todo apoio, conselhos e parceria.

Aos meus amigos servidores e pós-graduandos, Thamis, Claudia, Sabrina, Aline, Andrey, Adaiane, Dailson, Joelmir e todos os demais colegas que de alguma forma deixam os corredores desta universidade mais receptiva e acolhedora.

Ao Jorge, meu querido amigo mago do reino dos fungos.

À UAPS, por todo apoio psicológico, pedagógico e financeiro.

À toda equipe Saori, em especial a Luana, por ser uma chefe maravilhosa e flexível, contribuindo muito com a minha escrita e demandas acadêmicas, assim como por incentivar a gente em nossos sonhos.

Não posso deixar de agradecer também a mim, pois mesmo diante de preconceitos raciais, religiosos, estereótipos, em meio a crises de ansiedade e outras situações horríveis para se vivenciar, me mantive em pé e firme no propósito de conquistar meu diploma dentro de uma instituição pública. Com toda certeza a minha versão de 2014 (recém completada 18 anos) estaria muito orgulhosa desta conquista.

“Respeito muito minhas lágrimas, mas ainda mais minha risada.
Escrevo, assim, minhas palavras. Na voz de uma mulher sagrada” (Gal Costa).

RESUMO

Desde tenra idade, a presença marcante da representatividade feminina permeou minha vida, levando-me a refletir sobre a possibilidade de Deus ser uma mulher. Sem menosprezar a ausência do meu pai, reconheço a responsabilidade e a força inabalável das mulheres que sempre estiveram presentes em momentos cruciais. A descoberta do movimento ecofeminista revelou que esse tema, de certa forma, sempre esteve entrelaçado à minha história, escolhendo-me com base em minha trajetória de vida. Dito isso, a pesquisa delineada parte da premissa de que os pensamentos feministas são intrinsecamente históricos, refletindo séculos de exploração dos corpos femininos. O ecofeminismo, por sua vez, surge como uma vertente que não apenas critica as estruturas vigentes, mas também inova o entendimento tradicional do feminismo. Originado em movimentos ativistas liderados por mulheres, integra-se ao crescente reconhecimento das questões de gênero e sexismo nos âmbitos ambiental e animal. Os objetivos deste trabalho concentram-se na investigação das contribuições das teorias ecofeministas para a educação ambiental. Isso implica na seleção criteriosa de artigos que adotam a perspectiva ecofeminista, na identificação de intersecções entre educação ambiental e ecofeminismo, e na discussão sobre como o ecofeminismo contribui para a formação de sujeitos ecológicos. A abordagem qualitativa escolhida para esta revisão bibliográfica, embasada nas diretrizes de Godoy e Minayo, visa compreender holisticamente os fenômenos em análise, reconhecendo a pesquisa como um processo "tateante" que gera resultados e critérios progressivamente mais detalhados. A coleta de dados envolveu a pesquisa em bases de dados relevantes, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e revistas especializadas, utilizando palavras-chave específicas. A análise de conteúdo, fundamentada em Minayo, permitiu identificar padrões, temas e tendências nos últimos dez anos. Os resultados revelam não apenas relações diretas com o ecofeminismo, mas também tendências por áreas do conhecimento, a quantidade de publicações anuais e as relações com a educação ambiental e a formação do sujeito ecológico. O trabalho atinge seus objetivos ao identificar que os ecofeminismos enriquecem o campo da educação ambiental. Contudo, ressalta-se a necessidade de mais discussões sobre esse segmento, pois transcende a categorização de uma teoria crítica, manifestando-se como uma lente interpretativa essencial para impulsionar a transformação no mundo.

Palavras-chave: Teorias feministas; Educação Ambiental; Sujeito ecológico.

ABSTRACT

Since a young age, the impactful presence of female representation has permeated my life, leading me to ponder the possibility of God being a woman. Without diminishing the absence of my father, I acknowledge the responsibility and unwavering strength of the women who have always been present in crucial moments. The discovery of the ecofeminist movement revealed that this theme, in a way, has always been intertwined with my history, choosing me based on my life journey. With that said, the outlined research starts from the premise that feminist thoughts are inherently historical, reflecting centuries of the exploitation of female bodies. Ecofeminism, in turn, emerges as a branch that not only critiques existing structures but also innovates the traditional understanding of feminism. Originating from activist movements led by women, it aligns with the growing recognition of gender and sexism issues in the environmental and animal realms. The objectives of this work focus on investigating the contributions of ecofeminist theories to environmental education. This implies the meticulous selection of articles adopting an ecofeminist perspective, identifying intersections between environmental education and ecofeminism, and discussing how ecofeminism contributes to the development of ecological subjects. The chosen qualitative approach for this literature review, grounded in the guidelines of Godoy and Minayo, aims to holistically comprehend the phenomena under analysis, recognizing research as a "tentative" process that generates progressively detailed results and criteria. Data collection involved research in relevant databases such as the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and specialized journals, using specific keywords. Content analysis, based on Minayo, enabled the identification of patterns, themes, and trends over the last decade. The results reveal not only direct connections with ecofeminism but also trends in different knowledge areas, the quantity of annual publications, and relationships with environmental education and the formation of the ecological subject. The work achieves its goals by identifying that ecofeminisms enrich the field of environmental education. However, it is emphasized the need for further discussions on this segment, as it transcends the categorization of a critical theory, manifesting itself as an essential interpretative lens to propel transformation in the world.

Keywords: Feminist theories; Environmental education; Ecological subject.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	A HISTÓRIA DE UMA BRUXA CIENTISTA.....	12
1.1.2	EU SOU ECOFEMINISTA.....	13
1.2	OBJETIVO DA PESQUISA.....	15
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	22
2.2	ECOFEMINISMO - UM NOVO TERMO PARA UMA SABEDORIA ANCESTRAL.....	24
2.3	CONSOLIDAÇÃO DO ECOFEMINISMO.....	29
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	32
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 A HISTÓRIA DE UMA BRUXA CIENTISTA

“no dia em que minha mãe me contou a história das nossas ancestrais entendi que sou a primeira mulher da família que pode escolher fazer o que quiser, desde aquele dia toda noite antes de dormir, eu fecho os olhos e convido essas mulheres a participar das escolhas que só posso fazer por cada uma delas ter me colocado nesse lugar. Eu não cheguei até aqui sozinha” (Fran Bitten, 2023).

Desde muito nova, a representatividade feminina se fez presente em minha vida. Aos quatro anos de idade, meu pai sofreu um acidente em casa, o que o aprisionou a uma cama. As sequelas transpassaram seu corpo físico, já que ele perdeu parte das suas funções cognitivas, comprometendo a coordenação motora e fisiológica. Meu pai precisava de auxílio para se limpar e se alimentar. Foi assim que eu cresci, vendo minha mãe trabalhar fora, como empregada doméstica e dentro de casa como cuidadora. Eu vi a minha irmã de apenas 12 anos se dividindo entre diversos papéis, menina, enfermeira e administradora da casa. Como eu era muito pequena e com alguns problemas de saúde que demandavam muita atenção, minha mãe pediu a ajuda de uma outra mulher, a tia Lu, irmã do meu pai. Por ironia do destino, a tia Lu não podia ter filhos, seu útero não acompanhava o crescimento do feto. Parece que em meio às tristezas, a vida se encarrega de fazer algumas coisas boas, pois eu fui morar com ela, visto que precisava de atenção e assistência que o meu núcleo familiar não daria conta devido às circunstâncias. O tempo foi passando e quando completei 10 anos de idade, meu pai desencarnou, finalmente descansou depois de seis anos de luta. Restando apenas nós, mulheres, dentro de casa.

Após isso, eu pude presenciar, durante minha adolescência, a minha irmã buscar o sonho dela, cursar a faculdade, se apaixonar pelo atual marido dela, mas sempre sendo uma mulher livre, independente e sem medo de colocar a sua voz no mundo. Eu e minha mãe, por outro lado, sempre fomos muito parecidas, até demais, principalmente na rebeldia, tivemos dias intensos de desentendimentos, mas ela me criou para ser dona de mim e da minha história e não posso negar que ela me deu toda oportunidade de sonhar com um futuro, afinal, depois de educar e criar as suas filhas, a dona Toninha (como ela é

conhecida) também foi em busca do sonho dela e conquistou o seu tão sonhado diploma. A tia Lu, por sua vez, me deu todo o amparo emocional que eu precisei, muitas vezes ela foi minha amiga, minha mãe, minha base, pois todas as vezes em que eu senti medo, eu tinha um colo para correr. Além disso, ela me ensinou que a vida pode ser muito dolorosa, mas que viver e sonhar vale a pena, mesmo com as dores do percurso, ela também me ensinou a acreditar em mim quando ninguém mais acreditava e me mostrou como olhar o mundo sempre dentro de uma perspectiva que se eu posso sonhar, eu posso realizar.

Devido a minha história, eu sempre me questioneei, será que Deus não é uma mulher? Sem criticar a ausência do meu pai, pois entendo que ele não teve responsabilidade no infortúnio que o atingiu, impossibilitando-o de ter um convívio pleno com a nossa família, mas todas as vezes em que eu precisei, quem estava lá para me socorrer, era uma mulher! Penso também que se a minha história acontecesse em outro período da história, por exemplo, ali na Idade Média, eu e a minha família seríamos consideradas bruxas, onde já se viu mulheres serem tão fortes, independentes e resistentes?

Entretanto foi na graduação, o momento em que a vida me fez entender o que é ser mulher no mundo, principalmente uma mulher dentro da ciência moderna. Foi na UFPR estudando sobre as ciências da natureza que eu descobri a minha vertente bruxa cientista e, engana-se quem pensa que ao me entender como bruxa, refiro-me aquela figura maléfica que os contos de fada tentam vender, mas sim aquela que comunga com a força da natureza, entendendo seus processos e respeitando seus limites. Eu, finalmente, tinha me entendido como mulher, natureza e bruxa, entretanto, dessa vez, o meu destino não seria a fogueira. A escolha do tema de pesquisa surgiu da minha história, eu apenas não sabia desse movimento intitulado ecofeminismo. Ou seja, sinto como se o tema fosse parte de mim desde sempre e, se repararmos bem, eu acho que foi o tema que me escolheu com base na minha trajetória de vida, pois se não fosse a força dessas mulheres na minha família, eu não sei onde eu estaria agora!

1.1.2 Eu sou ecofeminista

O ecofeminismo foi um termo que só conheci no final de 2021 durante uma aula de educação ambiental com a minha orientadora, ao ouvir aquele nome algo

ressoou profundamente em mim. Naquele momento, senti uma vibração em todo o meu corpo e meu coração acelerou, e tive a certeza de que queria trabalhar com esse tema no meu trabalho final do curso. Além de fazer sentido em minha trajetória de vida, também se alinhava com minha caminhada acadêmica e as diversas descobertas que tive a oportunidade de experimentar.

Em janeiro de 2017, recebi a notícia de que havia sido aceita para cursar Ciências Biológicas na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina. Uma mistura de emoções me invadiu, e não há palavras para expressar o que senti naquele momento. No entanto, a ideia de deixar Guarulhos e me mudar, sozinha, aos 21 anos, para uma cidade desconhecida, a quase 900 km de distância da minha família, me causava certo receio. Já me considerava feminista na época e reconhecia a luta que enfrentava como mulher negra em uma sociedade que reprimia meus direitos e sonhos. Lembro-me de um ex-namorado tentando me desencorajar, dizendo que meu lugar não era na Academia, principalmente, em uma instituição pública. Essas palavras ecoam em meu coração até hoje, lembrando-me da raiva gratuita que as mulheres, especialmente as mulheres negras, ainda enfrentam. Mas eu não desisti. Enfrentei o desafio de frente, trazendo comigo toda a coragem e sabedoria transmitida pelas mulheres da minha família, determinada a buscar meu diploma e minha ascensão social. Queria provar que uma mulher negra e periférica também pode se destacar na ciência. No entanto, ao chegar no oeste paranaense, encontrei algo inesperado: minha essência bruxa. Sair do caos da cidade grande e morar em uma cidade cercada de rios, com um solo vermelho característico, permitiu-me entrar em sintonia com a natureza. Abandonei a diversidade dos *shoppings* e me encontrei com a diversidade das árvores e espécies, antes despercebidas, como os fungos e as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs).

Foi na graduação que perdi o medo de fazer trilhas e passei a observar a natureza como uma criança que descobre algo pela primeira vez. As árvores da vista do meu quarto, as espécies de plantas do meu quintal, tudo isso me conectava com uma parte essencial de mim mesma e percebi que sou cíclica como as fases da lua, e compreendi que sou natureza, assim como a natureza é parte de mim. Até a minha religião ganhou ainda mais sentido quando compreendi o vínculo profundo com a natureza. A umbanda, uma religião brasileira, cultua os Orixás através das forças naturais. Iansã, minha Orixá,

representa a chuva, os ventos, as tempestades e os raios. Enquanto Xangô, meu outro Orixá, é cultuado nas rochas, pedreiras e no fogo. A proximidade com os elementos da natureza também me aproximou de mim mesma.

Em 2020, durante a pandemia e o isolamento social, conheci grupos de sagrado feminino e decidi participar de um deles, onde mulheres de diferentes partes do Brasil se reuniam. Naquela roda feminina, tive a oportunidade de aprender sobre ginecologia natural, o poder das ervas, discutimos questões relacionadas à sustentabilidade, saúde mental e até mesmo agroecologia. Hoje, tenho a percepção de que estava em um grupo com princípios ecofeministas, mas nenhuma das mulheres ali tinha conhecimento dessa corrente de pensamento. Todas se consideravam feministas, mas o ecofeminismo ainda era desconhecido para nós. Foi por meio dessa jornada, que pude conectar minhas crenças com o ecofeminismo e compreender como a espiritualidade e a natureza caminham juntas, fortalecendo ainda mais meu propósito de cuidar do meio ambiente e da minha própria essência como mulher.

Estudar essa temática evidenciou que os princípios feministas partem da noção de historicidade, já que vivemos séculos de exploração dos corpos das mulheres. Dessa forma, nos deparamos com uma vertente que não propõe de fato uma teoria que justifica um fenômeno, mas uma linha de pensamento que critica as estruturas atuais no intuito de promover reflexões (SILIPRANDI, 2021). Por sua vez, o ecofeminismo, inovou o que já entendíamos como feminismo tradicional. Isto é, o ecofeminismo tem sua origem relacionada a movimentos ativistas, especialmente movimentos liderados por mulheres, em união ao crescente reconhecimento de pautas ligadas ao gênero e ao sexismo em grupos de defesa ambiental e animal (CIOMMO, 2017; GAARD, 2011; PHILLIPS; RUMENS, 2016).

Desta forma, para delimitar esta investigação, apresento a seguir os objetivos geral e específicos que conduziram a realização deste trabalho.

1.2 OBJETIVO DA PESQUISA

Investigar as contribuições das teorias ecofeministas para o campo de pesquisa da educação ambiental.

1.2.1 Objetivos específicos

- Selecionar artigos de educação ambiental que se pautam na perspectiva ecofeminista;
- Identificar as intersecções da educação ambiental e do ecofeminismo;
- Discutir as contribuições do ecofeminismo para a formação de sujeitos ecológicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo do desenvolvimento do curso compreendi que a definição do conceito de “meio ambiente” está além do que compreendemos como equilíbrio natural uma vez que se apresenta também na relação recíproca entre as espécies e as relações estabelecidas com o ambiente físico (JÚNIOR, VASCONCELOS 2012). É fato que a nossa espécie se disseminou pela Terra, alterando a superfície do planeta, construindo casas, estradas, modificando as florestas, cultivando alimentos, domesticando os animais e se estabelecendo como sociedade a ponto de considerarmos que a Terra como objeto a ser controlado (DELVAL, 2013). Dito isso, acredito que uma das características mais marcantes, e talvez a primordial, para explicar tais habilidades e fatos, além de também nos diferenciar dos demais seres vivos, é a nossa capacidade cognitiva. Assim como defende Delval (2013), ao afirmar que:

Sem dúvida, somos uma espécie animal muito especial, uma vez que, num período de tempo relativamente curto, sobretudo se comparado a história da Terra, temos conseguido disseminar-se sobre ela de maneira prodigiosa e influir propositalmente no curso dos acontecimentos naturais muito mais do que qualquer outro ser vivo (DELVAL, 2013. p.13).

Diante deste trecho, lido em uma aula, percebo que não apenas o pesquisador, mas a sociedade se enxerga no mundo como um ser “especial”, forte e transformador. Assim como afirma Dias (2004), estamos criando um mundo que nenhum de nós deseja, a sociedade como se estabeleceu até o momento é insustentável, apesar de aumentarmos a nossa produtividade agrícola, por exemplo, nos deparamos com uma realidade de que sobra alimento no mundo, enquanto milhões de pessoas morrem de fome (DIAS, 2004. p.16).

Como consequência dessas ações, eventos extremos em todo o mundo estão acontecendo com alta frequência e nos últimos anos diversos riscos à humanidade vem surgindo provocando diversos danos e alterações ao meio ambiente. O nosso desenvolvimento tem levado a altos níveis de poluição de solo, ar e água, além da destruição da biodiversidade tanto animal quanto vegetal, justamente por se enquadrar em um modelo excludente e esgotante,

onde os cuidados para a preservação ambiental estão longe de serem priorizados (MARCATTO, 2002).

Com isso, nota-se que a ciência e os avanços tecnológicos expandiram-se rapidamente desde então, estimulando as atividades industriais, condicionando as técnicas de produção para um elevado nível de complexidade, ocupando partes cada vez maiores do território físico comprometendo assim todo o ambiente, evidenciando a urgência para uma revolução ecológica em busca dos direitos ambientais (SILIPRANDI, 2000). Compreendemos que a nossa organização enquanto sociedade está embasada em uma busca incessante pelo crescimento econômico e é fator preocupante a propagação dos interesses privados como ascendentes em relação aos interesses públicos (ISLA *et. Al.* 2020).

O movimento ambientalista surge nas décadas de 60 e 70 junto com outros movimentos da contracultura em meios aos questionamentos aos regimes ditatoriais, às várias guerras – esses movimentos, apesar de terem pautas diferentes, tem a mesma raiz ao se opor à sociedade capitalista hegemônica. Alguns eventos foram decisivos como o ano de 1952, com o “*smog*” de Londres – o nevoeiro de Londres¹.

Esse “nevoeiro” resultou em cerca de 1.600 mortes, entretanto, o fatídico evento foi o estopim que desencadeou o processo referente às preocupações sobre a qualidade ambiental na Inglaterra. Outros países sensibilizados com o ocorrido de Londres, iniciaram uma série de discussões e preocupações, promovendo assim o surgimento do movimento ambientalista nos Estados Unidos na década de 60. Além disso, o ano de 1960 marca as evidentes consequências do desenvolvimento econômico, como importante fator, Rachel Carson lança seu livro *Primavera silenciosa* (tornando-se um clássico do movimento ambientalista). As temáticas abordadas por Carson, receberam a devida atenção seis anos mais tarde, quando a delegação da Suécia apresentou à Organização das Nações Unidas ONU as contribuições humanas referentes aos problemas ambientais (DIAS, 2004. p.77).

¹ Para maiores informações sobre o ocorrido do *Smog* de Londres, acesse uma reportagem da National Geographic Portugal. Publicada em junho de 2023: https://www.nationalgeographic.pt/historia/o-grande-smog-londres-despertou-o-mundo-para-os-pe-r-igos-do-carvao_3564.

Com base nessas problemáticas relatadas anteriormente, na década de 70, eis que surge um movimento global embasado aos princípios ambientalistas e feministas com o intuito de alinhar o enfrentamento da exploração da natureza com a dominação dos corpos femininos. A educação ambiental como campo de pesquisa emerge nesse mesmo contexto. Desde então exerce um papel fundamental ao promover discussões em diversos assuntos, tendo como principal enfoque discutir valores e hábitos para promover a formação de sujeitos ecológicos (CARVALHO, 2001).

Dentro do campo de conhecimento da educação ambiental, o termo "sujeito ecológico" remete a um indivíduo ou um grupo de pessoas que estão preocupadas com as questões ambientais e comprometidas com atitudes sustentáveis que contribuem na proteção do meio ambiente (CARVALHO, 2011, p. 65). Para Carvalho (2011), o campo da ecologia está além dos conhecimentos científicos, já que:

[...] foi associada aos movimentos e práticas sociais que ganharam as ruas e conquistaram muitos adeptos para o projeto de mudança da sociedade em uma direção "ecológica". [...] Nesse sentido, [...] a ecologia é uma "ideia migrante", uma ideia-ponte, que transitou de um mundo a outro, do conhecimento científico às lutas sociais, e hoje habita esses dois mundos [...] (CARVALHO, 2011, p. 45).

Vale ressaltar que a formação do sujeito ecológico é um processo contínuo e que cada indivíduo pode contribuir de maneira única, já que este processo envolve tomadas de consciência que podem ocorrer de variadas formas, como a educação formal, o envolvimento em movimentos sociais ou até mesmo, como acontece no meu caso, por meio de experiências, crenças e valores diretas com a natureza.

Para Pelicioni (1998), a educação ambiental tem por horizonte a formação de cidadãos com posturas e filosofia de vida embasadas por uma ética ambiental. Os espaços coletivos fomentam práticas democráticas que são pilares para ações sociais/ambientais e projetos comunitários, sensibilizando as pessoas a se sentirem parte do processo, e assim formular uma comunidade sustentável ética, justa e solidária (ROCKETT; LUNA; GUERRA, 2019).

Dentro dessa perspectiva, os ideais ecofeministas comungam da mesma visão visto que "a preservação da biodiversidade e das diferentes culturas da

nossa sociedade é uma precondição para a manutenção da vida neste planeta” (MIES; SHIVA, 2021. p. 62). Assim:

Precisamos nos entender como seres ecodependentes. Mas, sobretudo, precisamos nos entender como pessoas vulneráveis, que precisam de outras, e desenvolver e reaprender a capacidade de fazer coisas em comum (...) Aprender a desfrutar e viver com alegria esses processos é central para podermos pensar e construir essas utopias cotidianas e, sobretudo, para mantê-las. Não é um trabalho só de especialistas: são necessárias todas as mãos, cabeças e corações. É, no fundo, uma questão de amor (ISLA *et al.* 2020, p.15).

Atualmente, o ecofeminismo é entendido como uma corrente epistemológica que atua na crítica ao essencialismo associado às mulheres, isto é, às perspectivas de que mulheres nasceram para cuidar e zelar, visto que essa visão reducionista exclui as mulheres das discussões e atividades econômicas, políticas e sociais (SILIPRANDI, 2000; OLIVEIRA, *et al* 2021). O essencialismo de gênero é uma discussão presente nas pautas feministas, visto que essa percepção sustenta a existência de características fixas associadas a cada gênero, isso determina que as pessoas nascem com certas características intrínsecas e imutáveis relacionada ao sexo biológico. No contexto das mulheres, o essencialismo de gênero é a crença de que há uma essência ou natureza inerente às mulheres que as define e determina sua identidade, comportamento e papéis na sociedade. O perigo por trás do essencialismo de gênero reforça os estereótipos rígidos e generalizações simplistas sobre as mulheres, reduzindo-as a uma única categoria com características universalizantes. Essa visão ignora a diversidade e a multiplicidade de experiências, identidades e expressões de gênero que existem entre as mulheres. É importante destacar que as características e comportamentos atribuídos às mulheres são frutos de uma construção social e cultural (CYRINO, 2011; KUHNEN, 2013).

Enquanto cidadã e futura professora de ciência/biologia, eu tive a oportunidade de compreender que o gênero não é determinado exclusivamente pelas condições biológicas, mas também é influenciado por fatores sociais, culturais e individuais. Ao atribuir características fixas e imutáveis às mulheres (assim como também aos homens), essa perspectiva pode reforçar estereótipos e limitar as nossas oportunidades, singularidades, liberdades e direitos.

No ano de 1992, ocorreu no Brasil a segunda conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, também conhecida como Eco-92. Foi nesse momento que as palavras *sustentabilidade*, *ecologia* e *preservação* ganharam força em território brasileiro. A degradação ambiental foi o motivo que sensibilizou as pessoas para as problemáticas acerca do *desenvolvimento* sustentável (CIOMMO, 2017). Neste evento, a presença do pensamento ecofeminista se fez presente, Siliprandi (2000), relata que Coletivos como a Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH) e a Rede Mulheres de Educação (RME) fizeram parte da organização do Planeta Fêmea, “defendendo “um olhar feminino sobre o mundo”, faziam críticas ao estilo predatório de consumo [...]” (SILIPRANDI, 2000). A luta contra a devastação do ambiente natural se encontrou com a exploração dos corpos das mulheres e ambos os movimentos compartilham das justificativas oriundas da mesma construção cultural. É inadmissível que mesmo após anos da existência da luta desses movimentos, ainda existam países que não garantem à mulher o direito de ter uma profissão, votar, estudar ou até mesmo escolherem sua família. Da mesma forma, a natureza continua servindo interesses de grandes empresas, sendo utilizada como uma fonte inesgotável de recursos e dinheiro. Diante disso, o ecofeminismo defende a ideia de que os mesmos mecanismos e ideais da opressão contra a mulher são usados na pressão sobre a natureza (CIOMMO, 2017).

Na literatura, os pensamentos críticos ao ecofeminismo são concebidos em algumas vertentes: econômica, política e científica e tecnológica. Já que na atual perspectiva econômica é caracterizada pela concepção de que as mulheres e a natureza são recursos ilimitados, prontas a serem dominadas e exploradas, a fim de propiciar acúmulos de riquezas. Paralelamente, na perspectiva política, identifica-se a mulher com a natureza e o homem com a cultura, sendo que a cultura teria valores hierarquicamente maiores à natureza, sendo este um ponto que legitimaria a opressão de corpos femininos e a exploração da natureza. Quanto à perspectiva científica e tecnológica, fomenta-se uma visão excludente quanto ao conhecimento científico feminino (SILIPRANDI, 2000; MIES, SHIVA, 2021). Diante disso,

uma perspectiva ecofeminista propõe a necessidade de uma nova cosmologia e uma nova antropologia que reconheça que a vida é mantida por meio da cooperação, do cuidado mútuo e do amor. Só assim seremos capazes de respeitar e preservar a diversidade de todas as formas de vida, incluindo suas expressões culturais, como verdadeiras fontes de nosso bem-estar e nossa felicidade (MIES; SHIVA, 2021. p. 55).

2.1 Educação ambiental

A educação ambiental está intrinsecamente ligada à formação de um campo social que se concentra na preocupação em torno do meio ambiente, no qual diferentes atores disputam o poder de definir condutas humanas desejáveis e um ambiente ideal. Podemos pensar na organização desse campo como um local onde diferentes interpretações e significados ambientais são atribuídos, resultando na construção de abordagens ambientais diversas. No Brasil, esse campo ambiental é moldado pela colaboração de diversas forças sociais, especialmente grupos da sociedade civil, que desempenham um papel fundamental na política ambiental. Esses atores, incluindo movimentos ecológicos e ONGs, incorporam a temática ambiental em suas agendas, adotando um caráter político significativo e ampliando seu alcance para além das esferas governamentais e de especialistas (CARVALHO, 2001).

Conforme definida na Conferência de Tbilisi em 1977, a educação ambiental possui várias características essenciais, como o seu processo contínuo e dinâmico que visa sensibilizar as pessoas sobre o meio ambiente e capacitá-las a agir de forma individual e coletiva para resolver os problemas ambientais contemporâneos. Além disso, a educação ambiental é transformadora, pois busca mudar atitudes e promover uma nova perspectiva nas relações entre os seres humanos e o ambiente, resultando em comportamentos mais sustentáveis. Outra característica importante é a participação ativa, incentivando as pessoas a se envolverem em questões ambientais. Um ponto importante a ser destacado é que a educação ambiental não se limita apenas à escola, sendo abrangente o suficiente para ser incorporada em todas as esferas da educação, envolvendo não apenas os estudantes, mas também suas famílias e comunidades. Assim, a educação ambiental adota uma visão global, considerando todas as facetas do ambiente, desde os aspectos naturais até os sociais, econômicos, políticos, históricos, culturais, morais, éticos e estéticos.

A educação ambiental tem raízes tanto no campo da educação quanto no campo ambiental. Isso demonstra que este segmento não se originou exclusivamente do campo educacional ou na teoria da educação, mas sim como um desdobramento dos movimentos ecológicos e do debate global sobre as questões ambientais. Em termos de ações do governo, a educação ambiental, inicialmente estava ligada às políticas ambientais e aos órgãos ambientais como uma forma de educação não formal (CARVALHO, 2001).

Por meio das relações sociais em torno das questões ambientais no Brasil, associadas com trajetórias de vida e carreira de educadores ambientais, permite conspirar a ideia de um "sujeito ecológico". Isto é, descrever um tipo ideal que é construído nas interpretações que dão sentido ao ambiente, considerando tanto a tradição de longa data quanto às experiências atuais. Por sua vez, o sujeito ecológico desempenha um papel essencial na narrativa ambiental contemporânea, moldando o cenário simbólico dos profissionais ambientais em geral (CARVALHO, 2005).

Atualmente, estamos enfrentando uma crise socioambiental que tende a piorar se as tendências e comportamentos atuais de degradação continuarem. Philippi Jr. e Pelicioni (2014) compreendem que isso não se trata apenas de um problema ambiental, mas de um enraizamento em nossa cultura, maneira de pensar, valores e sistemas políticos e econômicos. É uma crise que vai além do ambiente; é uma crise ontológica, de como vemos o mundo. Portanto, não podemos resolver esses problemas apenas gerenciando recursos naturais ou considerando o impacto ambiental na produção. Precisamos amadurecer como seres humanos, quebrar hipocrisias sociais e desenvolver novos valores e maneiras de pensar. Estamos diante de uma encruzilhada que nos faz repensar nossa cultura, crenças, valores e conhecimentos que orientam nosso comportamento diário. A educação desempenha um papel fundamental na mudança desse paradigma social e na busca por novos caminhos (PHILIPPI JR; PELICIONI, 2014).

Diante do exposto,

em uma sociedade de consumismo desenfreado, é necessário que se desenvolva o senso crítico e se discuta a questão do equilíbrio ambiental e do desenvolvimento de hábitos saudáveis e sustentáveis, preparando os estudantes para exercer uma cidadania planetária, para enfrentar os

desafios ambientais do século XXI e planejar seu futuro de forma consciente e responsável, sobretudo, em tempos que a sustentabilidade se assume como um valor em destaque (BRASIL, 2022. p. 26).

Ao se aprofundar na complexidade e variáveis deste campo do conhecimento, Sauv  (2005) entende que na educa o ambiental, há uma diversidade significativa de abordagens e perspectivas. Embora todas as correntes compartilhem uma preocupa o comum pelo meio ambiente e reconheçam o papel fundamental da educa o nesse contexto, diferentes autores, como pesquisadores, professores, pedagogos, associa es e organismos, adotam discursos variados e propõem diversas maneiras de conceber e praticar a educa o ambiental. Dentre as correntes que têm uma longa tradi o em educa o ambiental, destacam-se as correntes naturalista, científica, humanista e a corrente moral/ tica. Dentre as correntes mais recentes encontramos a corrente holística, crítica, feminista, etnográfica entre outras.

Diante dessa perspectiva, a corrente feminista na educa o ambiental foca na denúncia das rela es de poder nos grupos sociais, especialmente a opressão das mulheres. Ela defende a integra o de perspectivas e valores feministas na política, economia e sociedade. Esta abordagem destaca a associa o entre a opressão das mulheres e a explora o da natureza, promovendo abordagens intuitivas, afetivas e simbólicas para questões ambientais, além disso essa abordagem também critica a falta de representatividade das mulheres na educa o ambiental e questiona a ideia de "desenvolvimento sustentável", apontando a arrogância daqueles que a promovem, principalmente homens brancos de classe média (SAUVÉ, 2005).

Esta corrente dentro da educa o ambiental, também   conhecida como feminismo verde ou ecofeminismo. No próximo capítulo iremos nos aprofundar na literatura a fim de entender suas complexidades e refletir a sua potencialidade não somente na educa o, mas também como promotora para uma transforma o social.

2.2 Ecofeminismo - um novo termo para uma sabedoria ancestral

Como já mencionado anteriormente, o ecofeminismo nasceu da luta feminista, a qual   caracterizada como um movimento social. A pesquisadora

Emma Siliprandi (2021), em uma aula aberta, caracteriza esse movimento como uma “escola de pensamentos”. O termo “ecofeminismo” ficou popularmente conhecido na Europa na década de 70, por meio de Françoise D’Eaubone, uma feminista francesa ao publicar o seu livro *“Le féminisme ou la Mort”*. Nesta obra, a autora estabelece uma relação direta entre a luta pela emancipação dos corpos e as condições de saúde decorrente das atividades humanas, com ênfase nos impactos do uso de agrotóxicos (NAHRA *et al.*, 2021).

Entretanto, a origem dos pensamentos ecofeministas é uma narrativa complexa e multifacetada. A pesquisadora brasileira, Tânia Kuhnen (2019), classifica o ecofeminismo como uma corrente interdisciplinar, uma vez que perpassa diferentes campos do saber, assim, não pode ser atribuída a um único ponto ou pessoa específica, nem mesmo a um movimento particular, já que se caracteriza como um conjunto teórico e prático que se origina de diversas fontes. Embora o termo “ecofeminismo” tenha prevalecido como uma forma de referir-se a esse conjunto de práxis, outras expressões também são utilizadas, como “feminismo ecológico,” “ecologia feminista,” “gênero e meio ambiente” (KUHLEN, ROSENDO, 2021). Logo, entende-se que o feminismo é um movimento que vai contra a opressão vinculada a categoria de gênero, já o ecofeminismo, compreende que a libertação das mulheres só é possível à medida que tais perspectivas se ocupam das interconexões nas diferentes formas de dominação e opressão.

Estes movimentos se dedicam a evidenciar os mecanismos de dominação estrutural responsável pela histórica subordinação das mulheres aos homens, isto é, reconhecer a existência de problemáticas relacionadas a classes e gêneros. E tivemos ao longo da história várias ondas por parte desse movimento, como por exemplo: o profeminismo, as sufragistas, movimentos dos anos 60, e a terceira onda pós-colonial. Ou seja, não existe apenas um feminismo, há outros tipos de feminismo: não branco, não urbano, não etnocêntrico (SILIPRANDI, 2021). Em contrapartida, há potencialidade na luta feminista, já que a partir dele nascem movimentos de diferentes campos, além da luta de classe e gênero, contudo, é fato de que o movimento feminista teve a sua iniciação com mulheres brancas de classe média alta, as quais foram as pioneiras na produção teórica, excluindo algumas outras vertentes, como por exemplo as mulheres negras (LOPES, 2019).

Assim, no intuito de alcançar todas as vertentes e variações de dominação e opressão, no ano de 1989 em um dos seus artigos e sendo inspirada por um caso específico, a advogada e pesquisadora afro-americana Kimberlé Crenshaw propôs a “interseccionalidade”, isto é, a existência de diversas formas de opressões (SILIPRANDI, 2021).

Kimberlé Crenshaw, ao cunhar o termo, ilustrou como as experiências das mulheres negras (em um caso específico nos Estados Unidos) costumavam ser ignoradas tanto pelos movimentos feministas predominantes, assim como pelos movimentos pelos direitos civis. Isso aconteceria devido à falta de consideração pelas múltiplas dimensões de identidade que as mulheres negras enfrentam. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar formas específicas de discriminação que não seriam enfrentadas por uma mulher branca ou por um homem negro (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade auxilia na compreensão de como a discriminação racial e de gênero se entrelaçam, resultando em uma experiência de opressão única para essa mulher (PEREIRA; BERSANI, 2020).

Crenshaw (2016) compreende que a abordagem de justiça social é elitista e disfuncional, já que não existe um padrão que possibilita enxergar que os problemas sociais de um determinado grupo impactam a vida de todos. Por isso, a interseccionalidade é um termo cunhado para “lidar com o fato de que muitos dos problemas de justiça social, como racismo e sexismo, frequentemente se sobrepõem criando múltiplos níveis de injustiça social” (CRENSHAW, 2016).

Para as pesquisadoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), em uma definição genérica:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2020. p. 16).

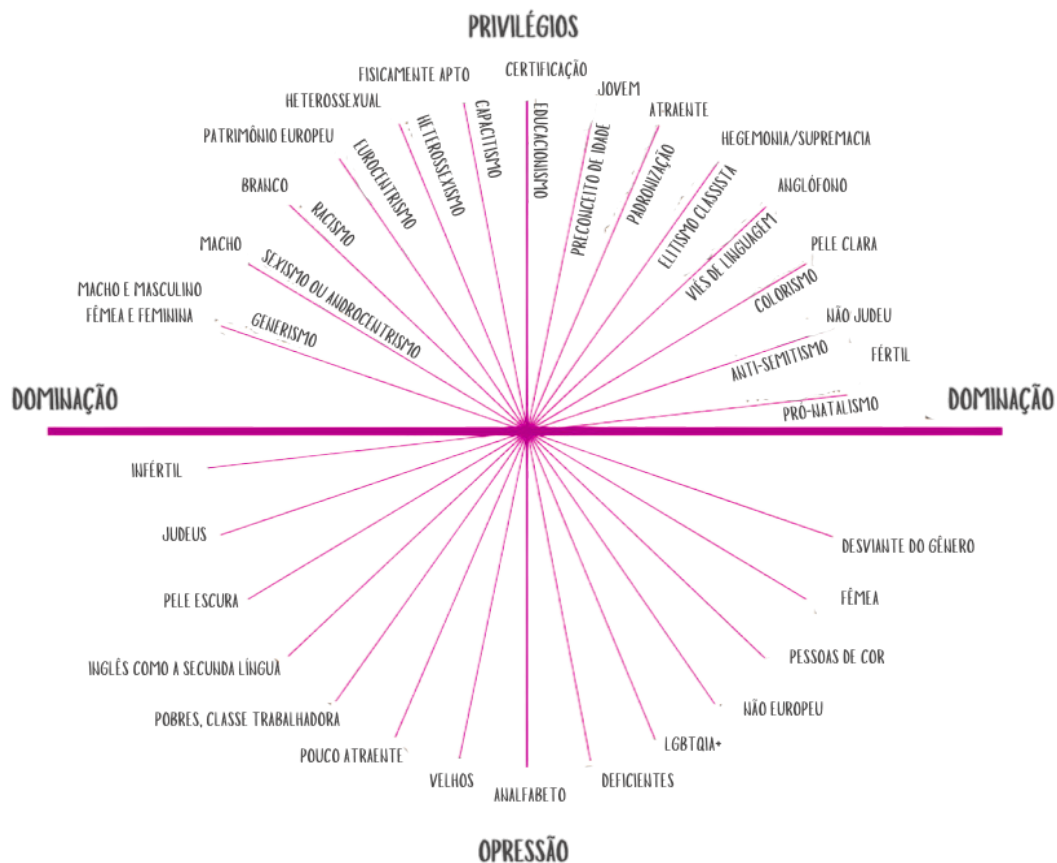
Entretanto, não podemos nos equivocar na utilização deste termo dentro da Academia brasileira, uma vez que não podemos reduzir a interseccionalidade a um somatório de opressões. Já que:

a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais (BUENO, 2020. p. 3).

Diante do exposto, destaca-se a importância de mencionar que o ecofeminismo não é um movimento uniforme. A essência do ecofeminismo é a crença de que a libertação das mulheres e a proteção da natureza são causas conectadas e que a luta por justiça social e ambiental deve ser trabalhada integralmente. Dito isso, compreende-se que o ecofeminismo propõe a expansão das discussões já estabelecidas por distintos tipos de feminismos (clássico, negro, animalista), isto é, para além da opressão da esfera humana e, pensar também na exploração do sistema capitalista da vida não-humana.

Assim, a ideia de Crenshaw, portanto, não era transformar a interseccionalidade em uma categoria, mas sim em um método (mesmo que temporário) para mapear as dinâmicas de opressão, enfatizando a sobreposição na interação entre gênero e raça. Inspirado em Crenshaw (1989), outras pesquisadoras de áreas paralelas, como Patricia Hill Collins, aprofundaram-se na temática. Abaixo, o gráfico representa e nomeia cada um dos fenômenos sociais no qual abrange a interseccionalidade.

FIGURA 1 - GRÁFICO DE PRIVILÉGIOS



Fonte: Adaptado de AWIS
[s.d.]

Assim, compreendemos que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica amplamente utilizada para enfrentar problemas sociais. Seu surgimento e aplicação estão intrinsecamente relacionados aos movimentos sociais e às questões enfrentadas pelas minorias em diversas sociedades. Nos anos 1960 e 1970, as ativistas negras nos Estados Unidos se viram diante de obstáculos complexos, já que suas demandas relativas a trabalho, educação, emprego e acesso à saúde não encontravam ressonância plena nos movimentos sociais antirracistas, feministas e sindicais que buscavam defender os direitos da classe trabalhadora. O uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social não conseguia captar toda a complexidade enfrentada pelas mulheres negras, que eram afetadas por discriminações múltiplas. A interseccionalidade permitiu enxergar as interações entre diferentes categorias de poder, indo além de perspectivas limitadas baseadas apenas em raça ou classe social (COLLINS; BILGE, 2020).

2.3 Consolidação do ecofeminismo

O movimento feminista da segunda onda, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, trouxe à tona questões relacionadas à opressão das mulheres e à busca pela igualdade de gênero. Esse movimento trouxe luz às relações de poder e desigualdade social, possibilitando abordar questões de justiça ambiental (SILIPRANDI, 2021). Durante o mesmo período, houve um crescimento do movimento ambientalista em todo o mundo. As preocupações com a poluição, a degradação ambiental e a sustentabilidade ganharam destaque (BELTRAN, 2019). E por fim, várias teorias e críticas começaram a emergir, desafiando o “paradigma social dominante” de exploração da natureza. Sendo um termo definido a fim de expressar “os conjuntos de normas, crenças, valores e hábitos que formam a visão de mundo mais comumente compartilhada dentro de uma cultura.” (SILVA; REIS; AMÂNCIO, 2011).

Dessa forma, torna-se evidente que os ecofeminismos transcendem a mera categorização de uma teoria crítica já que ele também se manifesta como uma filosofia e uma lente interpretativa essencial para impulsionar a transformação no mundo. Ao se colocarem como precursores fundamentais para promover diálogos, os ecofeminismos iluminam as interconexões entre a dominação humana sobre a natureza, assim como a desigualdade entre os homens e as mulheres.

Ao decorrer dos anos, o ecofeminismo se diversificou, incorporando uma ampla diversidade de vertentes e perspectivas. Tal projeto se alimenta das lutas das experiências e dos aportes teóricos dos movimentos feministas, dos movimentos sociais, das mulheres, ativistas, acadêmicas e filósofos de diferentes vertentes: essencialista, espiritual e construtivista, isto é, o ecofeminismo engloba várias vertentes e abordagens diferentes. De acordo com Siliprandi (2000), Bezerra (2020), Souza e Ramírez-Gálvez (2008) algumas das vertentes mais conhecidas são:

1. Ecofeminismo essencialista ou clássico: essa vertente compreende a mulher como um ser predisposto à preservação da natureza devido às suas qualidades maternas e à capacidade de gerar vida, tornando-a intrinsecamente mais harmoniosa com a natureza. Em contrapartida, o

homem é percebido como um ser dominador em relação à natureza e à própria mulher. Como resultado, os homens são associados à degradação ambiental e à exploração econômica da natureza e de seus recursos.

2. Ecofeminismo espiritual: enfatiza-se a dimensão espiritual da relação entre as mulheres e a natureza. Entre os princípios, destaca-se a conexão entre a espiritualidade feminina e a preservação da terra recebendo “influência dos princípios religiosos de Ghandi, Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina” (SOUZA, 2007. p 6). Essa corrente sustenta a ideia de que as mulheres possuem uma ligação com a natureza através de sua capacidade de criar vida. O ecofeminismo espiritual valoriza rituais, cerimônias e práticas espirituais no intuito de promover o respeito, a conexão e a proteção da natureza.
3. Ecofeminismo radical: essa vertente do ecofeminismo critica as estruturas patriarcais e a dominação masculina tanto sobre as mulheres quanto sobre a natureza. O ecofeminismo radical defende a necessidade de uma mudança fundamental nas relações de poder e na estrutura da sociedade para alcançar a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental.
4. Ecofeminismo construtivista: a abordagem construtivista do ecofeminismo não defende a ideia de superioridade da mulher em relação ao homem na preservação da natureza. Em vez disso, reconhece que o patriarcado em conjunto com outras formas de opressão, desempenha um papel na degradação ambiental. Assim, enfatiza-se a importância das mulheres na conservação da natureza não apenas devido às suas características de gênero, mas também pelo seu papel nas esferas familiares, afetivas e econômicas.

Essas vertentes não são únicas e exclusivas, muitas ecofeministas adotam uma abordagem integrada, combinando elementos de várias vertentes. É preciso enfatizar que o ecofeminismo é um campo diverso e em constante evolução, com diferentes interpretações e perspectivas sobre as relações entre gênero, natureza e justiça social. Nesse contexto, o ecofeminismo se revela como um produto coletivo e colaborativo de um grupo diversificado de mulheres ativistas, acadêmicas e filosóficas oriundas de diferentes partes do mundo. Por meio de suas contribuições, têm sustentado esse movimento levantando as pautas e

estimulando debates acerca das interconexões entre gênero, meio ambiente e justiça social (BELTRAN, 2019).

O presente capítulo compilou as fundamentações teóricas da educação ambiental e do ecofeminismo. Nesse sentido, na próxima seção, descrevemos o percurso da revisão de literatura a fim de investigar as convergências entre educação ambiental e ecofeminismo.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho de conclusão de curso se configura como uma revisão bibliográfica, inserida na abordagem qualitativa de pesquisa. Conforme salientado por Godoy (1995), essa abordagem se destaca como uma escolha relevante quando se investigam eventos relacionados ao âmbito humano. Minayo (2002) caracteriza essa abordagem como uma pesquisa "tateante", já que, à medida que o estudo avança, ela gera resultados e critérios progressivamente mais detalhados. Godoy (1995) ressalta, ainda, que a interpretação nessa perspectiva envolve uma compreensão holística dos fenômenos em análise, levando em conta a perspectiva do pesquisador que conduz o trabalho de campo, buscando observar e entender a problemática no contexto que fundamenta a pesquisa. Ele destaca que, em uma disciplina na qual o observador compartilha a mesma natureza que o objeto de estudo, o observador se torna uma parte intrínseca do processo de observação (GODOY, 1995, p. 21; MINAYO, 2002, p. 13; Lévi-Strauss, 1975, p. 215).

Definimos para esta investigação como um estado do conhecimento, o qual segundo Júnior e Batista (2021), consiste em realizar uma investigação abrangente e crítica do conhecimento gerado em um determinado campo de estudo. Essa modalidade de pesquisa pode ser desenvolvida, principalmente, em duas circunstâncias: primeiro, em pesquisas que se concentram exclusivamente no mapeamento crítico e reflexivo das produções existentes; segundo, como parte integrante de estudos acadêmicos, como monografias, dissertações e teses, onde desempenham um papel crucial na justificação do valor da pesquisa realizada (JÚNIOR; BATISTA, 2021).

Assim, recorreremos à base de dados a plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e as revistas Sergipana de Educação Ambiental, Ambiente e Educação, Pesquisa em Educação Ambiental, Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental e a Revista Brasileira de Educação Ambiental. Para a busca dos artigos foram descritas diferentes palavras-chave: "ecofeminismo", "mulheres", "feminismo", "ecologia feminista". Além disso, foi estabelecido para o período de busca trabalhos produzidos nos últimos dez anos, 2013 até 2023. Após delimitar as bases de dados e os periódicos de busca, foram estabelecidos critérios de seleção dos trabalhos: a) abordagem explícita do termo

ecofeminismo. b) abordagem, experiências ou citações acerca do ecofeminismo.
c) definição e/ou fundamentação da teoria ecofeminista.

Para a análise de dados, nos pautamos na análise de conteúdo, a qual consiste em uma abordagem metodológica frequentemente utilizada para estudar e compreender o conteúdo de materiais textuais, como entrevistas, documentos, discursos, textos escritos e outros tipos de comunicação verbal ou escrita. Esta análise, conforme Minayo (2007), envolve a sistematização e a interpretação de informações contidas em textos, no intuito de identificar padrões, temas, categorias e significados subjacentes. Este método é amplamente usado em pesquisas qualitativas, quando pretende-se compreender as nuances e os significados presentes nos dados textuais. Para isso, Minayo e Gomes (2007) descrevem um processo de análise de conteúdo que inclui etapas, sendo eles: a) pré-análise, b) exploração do material, c) tratamento dos resultados e, d) interpretação.

No geral, a análise de conteúdo é uma abordagem fundamental para identificar conhecimento a partir de dados qualitativos, assim, permite aos pesquisadores explorarem e compreender os elementos essenciais dos materiais de estudo, identificar padrões e tendências, e assim contribuir para a pesquisa e a produção de conhecimento. Com base na análise de conteúdo de Minayo (2007), a revisão foi realizada em uma estimativa entre os meses de julho a setembro de 2023. O processo envolveu a leitura e releitura dos trabalhos encontrados, assim, neste estudo, os documentos foram analisados, com o propósito de identificar os seguintes critérios:

- a) relações diretas com o ecofeminismo;
- b) tendências por áreas do conhecimento;
- c) quantidade de publicações por ano e,
- d) relações com a educação ambiental e/ou com a formação do sujeito ecológico.

Dessa forma, a próxima seção apresenta os artigos selecionados para a presente investigação, com base nos critérios estabelecidos. Essa etapa seguinte permitirá uma compreensão mais aprofundada do estado atual do conhecimento sobre o ecofeminismo, contribuindo para a pesquisa e a produção de conhecimento nessa área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados nessa etapa foram organizados da seguinte forma: por meio de uma leitura flutuante, foi possível identificar, de modo geral, que dos 70 artigos encontrados apenas 38 trouxeram uma definição aprofundada do tema, os demais artigos apenas citaram elementos soltos no decorrer do texto ou na referência, ou, ainda, abordaram relações indiretas com a temática estudada e, devido à ausência de palavras-chave e conceitos essenciais para esclarecimento, os demais documentos foram desconsiderados para a próxima fase. Nesta etapa, foi possível verificar a extensão do tema.

Ao pesquisar na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, encontramos um maior número de trabalhos com abordagem direta ao tema, resultando em 39 documentos. Importante destacar que nesta base de dados, apenas foram consideradas as palavras-chave “ecofeminismo” e “ecologia feminista”, pois a palavra-chave “mulheres” trouxeram diversos trabalhos que não se alinhavam ao campo da educação ambiental.

Ao realizar a mesma pesquisa nas demais revistas, notou-se a repetição de muitos artigos que já tínhamos selecionados anteriormente. Compreendo que isso ocorreu devido às palavras-chave utilizadas. Outro ponto relevante, surpreendentemente, apenas um dos trabalhos encontrados está em espanhol. Diante da realidade que utilizamos como definição a palavra “feminismo”, e historicamente, os países latino-americanos são fortes nesses movimentos sociais de luta das mulheres, poucos foram os resultados encontrados. Apesar desta pesquisa identificar poucos índices, esse trabalho identificado aborda questões muito relevantes para o ecofeminismo para o nosso continente. Desta forma, os resultados desse momento inicial foram organizados com base nos artigos encontrados, conforme mostra o Quadro 1:

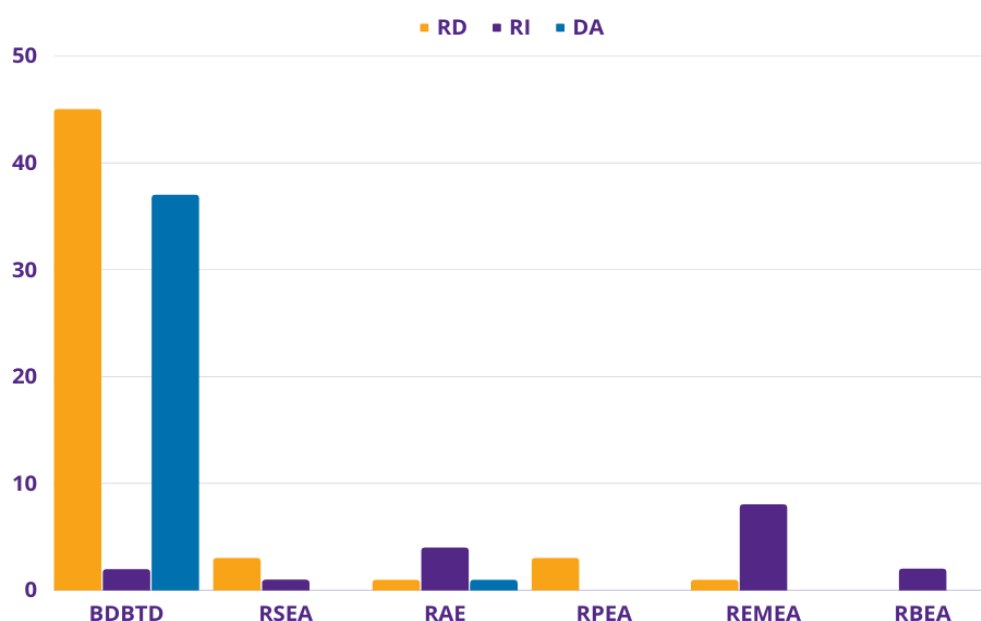
QUADRO 1 - RESULTADOS DAS BUSCAS REALIZADAS NAS PLATAFORMAS DE DADOS

Bases de dados	Ecofeminismo		Mulheres		Feminismo		Ecologia feminista	
	Artigos encontrados	Artigos Selecionados	Artigos encontrados	Artigos selecionados	Artigos encontrados	Artigos Selecionados	Artigos encontrados	Artigos Selecionados
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	65	39	-	-	-	-	80	8
Revista Sergipana de Educação Ambiental	4	2	34	2	3	0	2	0
Revista Ambiente e Educação	0	0	6	4	1	1	0	0
Revista Pesquisa em Educação Ambiental	2	1	20	2	3	0	3	0
Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental	0	0	18	8	3	1	0	0
Revista Brasileira de Educação Ambiental	0	0	10	1	1	1	0	0
Total de Artigos	71	42	88	17	11	3	85	8

FONTE: A autora (2023)

Conforme foi apresentado na figura 2, os maiores índices de busca estão concentrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em análise, foi possível identificar que apenas a Revista Brasileira de Educação Ambiental não apresentou aprofundamento e nem relações diretas com o tema. Agora, em outra perspectiva, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e a Revista Ambiente e Educação trouxeram definições aprofundadas acerca do tema em seus trabalhos identificados. Em contrapartida, a Revista Pesquisa em Educação Ambiental apresentou relação direta com o tema, no entanto não apresentou aprofundamento na teoria e nem relações indiretas.

FIGURA 2 - ANÁLISE POR BASE/PERIÓDICO CONSULTADO



FONTE: A autora (2023).

LEGENDA: RD: Relação Direta. RI: Relação Indireta. DA: Definição aprofundada. BDBTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. RSEA: Revista Sergipana de Educação Ambiental. REA: Revista Ambiente e Educação. RPEA: Revista Pesquisa em Educação Ambiental. REMEA: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. RBEA: Revista Brasileira de Educação Ambiental.

No que tange a diversidade desse tema, ficou evidente que existem muitas maneiras diferentes de agir e pensar sobre uma única teoria. As teorias ecofeministas podem ser apropriadas por diferentes áreas de pesquisa que se aprofundam em dados e reflexões extremamente importantes para campos de

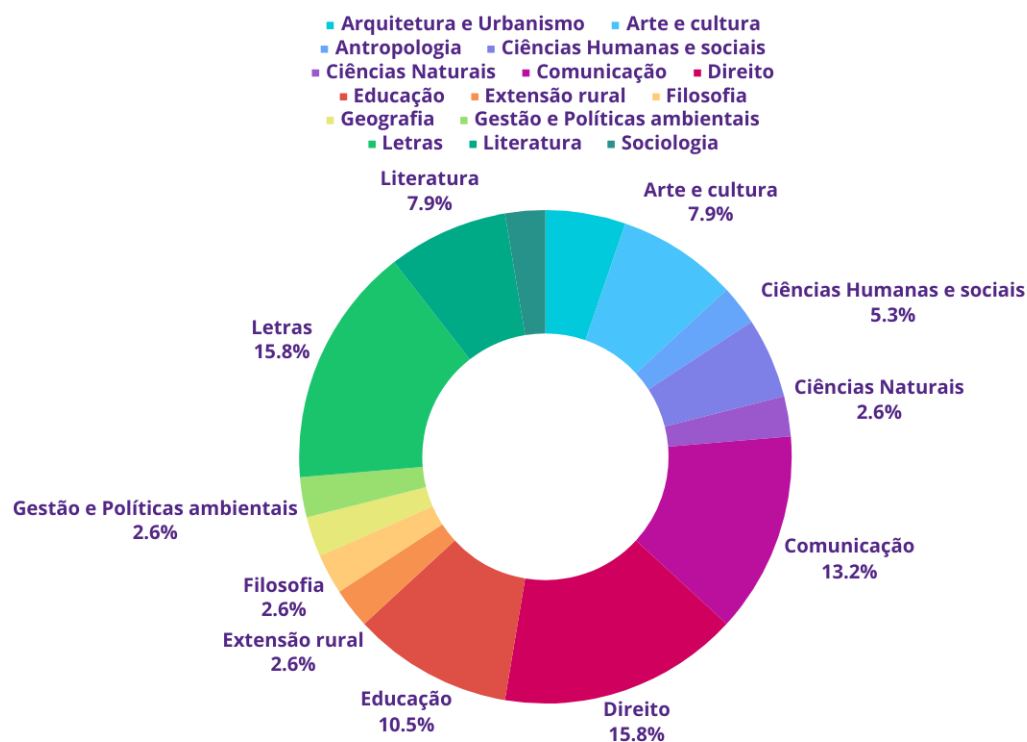
estudo com as diferenças nas lutas e opressões, com o objetivo de garantir que os diferentes movimentos que defendem os direitos de grupos e causas estejam aprimorando suas abordagens, especialmente, quando atuam em sociedades desiguais, multiculturalmente diversas e em constante transformação.

Dito isto, dos 38 trabalhos que se aprofundaram na definição do ecofeminismo, foram analisadas as tendências por campo do conhecimento. De modo geral, a área do Direito e de Letras apareceram com o maior número de trabalhos, com cerca de 15% de resultado, os trabalhos, em suma, abordam criticamente a opressão de gênero e os direitos civis das mulheres e até mesmo casos de injustiças ambientais associadas à desastres como os impactos das mulheres na região de Brumadinho. Já o campo de Letras, envolveu o tema em uma perspectiva literária, como a importância dos estudos ecológicos em destaque no cenário da crise ambiental e social atual, assim como pela expansão das abordagens interpretativas ao texto de Clarice Lispector e outros autores.

Em sequência, a Comunicação é a segunda área que mais produziu trabalhos referentes ao tema. Dentro dessa temática, observou-se nos trabalhos a maneira como muitas mobilizações feministas se organizam diante de algumas realidades.

Já o campo da Educação apareceu com 10% dos resultados, neste ponto, é necessário destacar que apenas um dos trabalhos desta seção era referente a articulação do ecofeminismo no ensino de ciências e biologia e, outro correlacionando com a educação ambiental crítica. Os resultados dessa observação estão expressos na Figura 3.

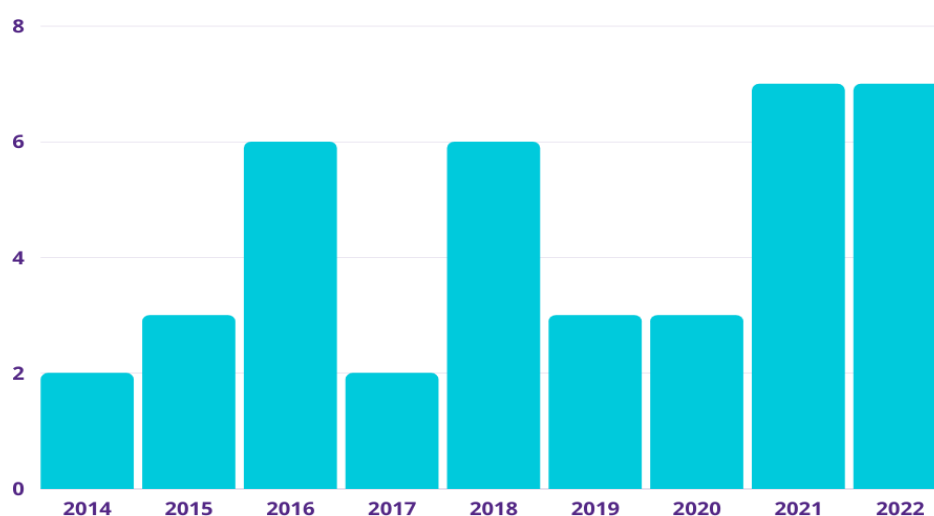
FIGURA 3 - ANÁLISE POR ÁREA DO CONHECIMENTO



FONTE: A autora (2023).

Referente à quantidade de publicação dos trabalhos, no ano de 2013 não foi encontrado nenhum trabalho, apesar da utilização de um intervalo de 10 anos, os trabalhos são identificados de 2014 em diante, em perspectiva, os anos de 2014, 2015 e 2017, encontramos baixos registros de discussões sobre ecofeminismo. No entanto, nos últimos dois anos, sendo 2021 e 2022, esta pesquisa identificou a tendência de um aumento na produção de trabalhos acerca do tema. De acordo com Osório (2018), a falta de reflexões e incentivo a essa temática pode desencadear casos de desigualdades, afastando-se dos princípios do desenvolvimento sustentável com foco no aspecto social e humanizado. Por isso, destaca-se a importância das discussões e reflexões acerca deste assunto. Os dados refletidos anteriormente estão representados na Figura 4.

FIGURA 4 - QUANTIDADE DE PUBLICAÇÃO POR ANO



FONTE: A autora (2023).

Para a fase de interpretação, foram selecionados apenas os trabalhos que se referiam ao tema em perspectiva formativa, nesse sentido, foram selecionados os artigos referentes à área da educação, já que nenhuma das demais áreas analisadas apresentaram relações diretas com a formação do sujeito ecológico. No entanto, dentro do campo educacional, apenas um trabalho correlacionou a educação ambiental crítica com a temática abordada. O trabalho selecionado está apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2: TRABALHOS SELECIONADOS PARA A INTERPRETAÇÃO

Título	Autoria	Revista	Ano de publicação
EDUCACIÓN AMBIENTAL CRÍTICA Y FEMINISMOS DEL SUR: un diálogo ineludible	Mara Karidy Palanco Zuleta	Revista Ambiente e Educação	2021

FONTE: A autora (2023).

Na sequência, iremos direcionar nossa atenção para uma discussão mais aprofundada do trabalho selecionado, explorando sua interpretação e as implicações significativas que ele traz para esta pesquisa.

No trabalho selecionado para aprofundamento, Zuleta (2021) discorre sobre a importância da educação ambiental desde a sua origem, sendo constituída

inicialmente na primeira reunião de 1972 em Estocolmo com o objetivo de discutir assuntos envolvidos nas questões ambientais. Entende-se, desde aquele momento, que é responsabilidade deste segmento, a educação ambiental, gerar espaços formativos onde se desenvolva o pensamento crítico no intuito de incentivar a participação democrática da população em todas as esferas políticas, assim como, representa uma das estratégias disponíveis para sensibilizar a população em relação às questões ambientais. Concordando com outros autores, como Marcatto (2002), é responsabilidade da educação ambiental, criar caminhos que simplifiquem o entendimento acerca da severidade das questões ambientais e socioambientais, bem como a urgência de enfrentá-las de maneira responsável (MARCATTO, 2002; ZULETA, 2021).

No entanto, como podemos desenvolver e envolver o pensamento de forma democrática, se historicamente percebemos a perpetuação da subjugação das mulheres? Logo, percebe-se a necessidade de uma análise das abordagens críticas dentro da educação ambiental, sendo esta a proposta do texto de Zuleta (2021), já que é importante evitarmos a perpetuação de discursos e modelos patriarcais e coloniais, e promover de fato uma educação ambiental crítica embasados e fortalecidos com mais teorias e práxis que vão contra um sistema hegemônico.

É possível testemunhar que ao longo dos anos houve uma repetição persistente do padrão de uma suposta “superioridade masculina” sobre as mulheres em todo o mundo e em diversas esferas. Além disso, observa-se um padrão histórico de dominação na relação da sociedade com a natureza. Nessa dinâmica, também se reflete uma mentalidade de controle que justifica a exploração dos recursos naturais em favor dos interesses humanos e capitais.

Para a professora feminista Bell Hooks (2020, p. 31), “pensamentos são laboratórios aonde se vai formular perguntas e encontrar respostas, o lugar onde unem visões de teoria e práticas”. Apesar de encantadora essa afirmativa, a realidade é esmagadora quando nos deparamos com um sistema que compreende “educação” como sinônimo de conformidade e obediência, sendo visto como um ato perigoso o exercício do pensamento crítico. A realidade é mais incômoda quando percebemos que, atualmente, os interesses do sistema capitalista é o de incentivar a sociedade a compreender a educação unicamente como um caminho para atingir prosperidade financeira (HOOKS, 2020).

Exposto isso, Zuleta (2021) discorreu sobre como a epistemologia tradicional das ciências naturais e sociais estão fundamentadas em um viés androcêntrico ocidental, a qual exerce um papel significativo na educação e, por consequência, também na abordagem da educação ambiental. Identificar as raízes desses pensamentos é urgentemente necessário, já que os pensamentos androcêntricos perpetuam violências simbólicas, materiais e epistêmicas sobre comunidades que não se alinham com a visão do homem branco, de classe, heterossexual e cisgênero. Por sua vez, as violências epistêmicas estão intimamente associadas à produção, circulação e reconhecimento de conhecimentos. Essa dinâmica se apoia na percepção sociocultural do essencialismo, e mesmo com o reconhecimento nas ciências cognitivas da importância epistêmica das emoções, persiste um estereótipo de gênero, que enfatiza a necessidade de examinar os dualismos que permeiam não apenas a produção de conhecimento, mas também a organização social, especialmente no contexto da educação ambiental (ZULETA, 2021).

A discussão se estende para a influência da lógica sexista, binária e colonial na produção científica, onde as vozes predominantes são historicamente provenientes de homens burgueses e coloniais. Esta realidade exige uma reflexão profunda sobre as epistemologias e práticas que perpetuam estereótipos de gênero, raça e classe. As autoras De Borba e Moreira (2015) denominaram como neofeminismo, o que Zuleta (2021) chamou de feminismos do Sul Global, que se caracteriza como um movimento localizado, especialmente no Brasil, Egito e na Índia, países caracterizados pelo subdesenvolvimento e notadamente marcados pela desigualdade de gênero. A integração desta nova perspectiva feminista na educação e na educação ambiental emerge como uma resposta essencial a essas dinâmicas opressivas, uma vez que destaca a importância de questionar ativamente as posições adotadas para evitar a legitimação de comportamentos e discursos patriarcais e coloniais (DE BORBA; MOREIRA, 2015).

Assim, surge a questão crucial do trabalho de Zuleta (2021), diante da realidade crítica de como a educação ambiental pode engajar-se eficazmente com as diversas perspectivas feministas e ecofeministas. Esta discussão não apenas destaca a necessidade de desconstruir os estereótipos presentes na produção de conhecimento, mas também aponta para a urgência de adotar

posições anticoloniais e antipatriarcais na educação, redefinindo assim a narrativa predominante e promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa.

Desta forma, os movimentos ecofeministas destacam o papel fundamental da mulher na busca por um novo paradigma de sustentabilidade, por meio da interseccionalidade e na necessidade de abordar as questões feministas com uma perspectiva ecológica. Ecofeministas como Rosendo e Kuhnen (2015), embasadas em Karen Warren, defendem que é necessário reformular “o feminismo para que ele vise também à libertação dos não humanos. Além da libertação das mulheres, é preciso libertar todos que sejam subjugados pelos sistemas de dominação” (ROSENDO; KUHNEN, 2015. p 18). Nesse sentido, as teorias ecofeministas propõem uma conexão entre essas formas de opressão. Elas argumentam que a natureza, muitas vezes personificada como o feminino, deve ser analisada à luz de sua relação intrínseca com o papel e o tratamento das mulheres na sociedade patriarcal (MIRANDA; SANTOS, 2019).

Diante dessa perspectiva compreendemos que:

as mulheres junto de outros grupos marginalizados, podem ser considerados, a partir da leitura trazida pelos ecofeminismos, agentes socioambientais e sofrem de maneira desigual a distribuição dos efeitos da degradação ambiental. São as mulheres, no Brasil, que, habitualmente são as responsáveis por percorrer longas distâncias para a coleta de água, pela catação de materiais recicláveis e pela agricultura familiar e arcam com os ônus referentes à contaminação do solo, ao uso de defensivos agrícolas, à infertilidade, ao câncer de mama [...] O que o modelo patriarcal construiu socialmente como divisão sexual do trabalho e papel social da mulher, como a criação dos filhos, o fornecimento do alimento e a manutenção do lar, frequentemente coloca a mulher em contato e em relação de dependência com o meio ambiente, aliando, também por isso, as reivindicações feminista e ambiental (MIRANDA; SANTOS, 2019. p. 132).

As problemáticas enfrentadas pelas mulheres não são propriedades dos dias atuais, ou da transição do último século. O assunto é tão pertinente, que foi tema de redação do ENEM versão 2023. E novamente podemos refletir, quais seriam os motivos deste mecanismo que invisibiliza a mulher e tudo aquilo que se alinha a ela, tomando como base os princípios do essencialismo?

Silvia Federici, uma filósofa contemporânea, professora e feminista, em sua obra de 2004 popularmente conhecida como *Calibã e a Bruxa* defende que o capitalismo precisa do sexismo, do racismo e de outras formas de opressão,

principalmente a subjugação das mulheres, para se consolidar como sistema. Em suas palavras, “Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 232).

A estruturação do capitalismo e de todo o sistema hegemônico no qual estamos imersos, foi marcada pela acumulação primitiva e pelo cercamento, no entanto também envolveu a exploração do trabalho feminino, destacando-se a separação entre as práxis reprodutiva e produtiva, sendo o primeiro não remunerado devido à sua associação a um suposto papel natural-biológico. Com a transição da economia de subsistência para a economia monetária, durante a origem do capitalismo, as tarefas de reprodução e produção, antes unidas, se separaram. Assim, apenas as atividades produtivas para o mercado receberam valor, enquanto as atividades reprodutivas deixaram de ser consideradas como trabalho. Essa fragmentação do trabalho resultou na atribuição às mulheres do trabalho reprodutivo, sem remuneração. Essa condição as colocou em uma situação mais precária do que os homens proletários, pois, sem salários, estavam destinadas à total dependência de quem está sentado em um local de privilégios e dominação (FEDERICI, 2017).

É dentro desse pensamento que a ecofeminista Alicia Puleo (2013) convida-nos a refletir sobre como o sistema patriarcal capitalista se estabelece em uma interdependência direta com a natureza e todos os seus recursos, bem como o trabalho das mulheres. Quando discutimos o modelo econômico de uma sociedade, inevitavelmente nos deparamos com questões sobre os limites do ecossistema e as relações humanas. É por isso que movimentos ecofeministas e ecológicos convergem na busca por novas maneiras de garantir uma convivência melhor no planeta, propondo um desenvolvimento sustentável e opondo-se à dupla exploração capitalista e patriarcal que afeta o ecossistema e as mulheres (PULEO, 2013).

As discussões para um desenvolvimento sustentável no contexto do capitalismo são complexas. Apesar dos esforços práticos para estabelecer esse conceito, nos deparamos com os padrões de desenvolvimento econômico que, muitas vezes, justificam ações prejudiciais ao meio ambiente com base em ideias de consumo e criação de empregos. A perspectiva liberal, que coloca o

desenvolvimento econômico acima de tudo, gera críticas às leis de proteção ambiental, consideradas como obstáculos para o desenvolvimento global. Assim, a teoria ecofeminista contribui ao recuperar e valorizar tanto o ecossistema quanto as mulheres, que foram destinadas a papéis de reprodução de mão de obra pelo sistema patriarcal e pela modernidade, enquanto a natureza tornou-se objeto de dominação em prol do crescimento do capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transformar el modelo androcéntrico de desarrollo, conquista y explotación destructivos implica tanto asumir una mirada empática sobre la Naturaleza como un análisis crítico de las relaciones de poder (Alicia Puleo).

Este trabalho de conclusão de curso buscou investigar as valiosas contribuições das teorias ecofeministas para o campo da pesquisa em educação ambiental. Ao examinar as questões de opressões relacionadas ao sistema de produção atual, nosso objetivo foi questionar a suposta ligação entre as mulheres e a natureza, enquanto refletíamos sobre as premissas de uma relação próxima entre exploração e domínio de poder. O estudo destacou a importância de exercer cautela ao afirmar uma conexão natural entre mulheres e meio ambiente, evitando o essencialismo de gênero e fortalecendo a naturalização da submissão e exploração das mulheres. Também ressaltou a necessidade de uma abordagem crítica à educação que não perpetue interesses opressores relacionados à raça, gênero, etnia e/ou vidas, independentemente de sua manifestação.

Os movimentos e pensamentos ecofeministas revelaram-se fundamentais na crítica à exploração das mulheres e da natureza pelo capitalismo patriarcal, evidenciando a objetificação e submissão ao poder dominante. Esse movimento sublinha a importância de superar essas formas de opressão como um pressuposto crucial para alcançar o desenvolvimento sustentável. Esse desenvolvimento deve envolver uma abordagem sistêmica, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também promovendo relações humanas saudáveis centradas na proteção do meio ambiente.

Ao analisar artigos de educação ambiental com base na perspectiva ecofeminista, identificamos as intersecções entre a educação ambiental e o ecofeminismo para fomentar discussões que contribuam para a formação de sujeitos ecológicos. A urgência dessa questão é evidente, especialmente devido às consequências prejudiciais da destruição ambiental, afetando principalmente pessoas que estão abaixo da linha de privilégios, conforme demonstrado pela interseccionalidade.

O capitalismo patriarcal mostrou-se incompatível e incapaz de promover uma sustentabilidade que garanta a vida no planeta e justiça social. Portanto, a

solução para a crise ambiental e a emancipação das mulheres devem ser abordadas como problemas interligados, exigindo uma mudança radical na estrutura e organização da sociedade, baseada na ética da responsabilidade e no bem-viver entre os seres humanos e toda a biodiversidade do planeta. Diante da percepção de que "a justiça, para ser universal, terá necessariamente que ser interespecífica. Devemos rejeitar, portanto, não apenas a violência sofrida pelas pessoas, mas também a sofrida pelo resto dos seres sencientes" (ROSENDO et al., 2019, p. 70).

Apesar das diversas vertentes dos ecofeminismos, este segmento tem sido um ponto de encontro significativo entre feminismo e ecologia, ambos compartilhando uma preocupação central com a sustentabilidade humana, social e ecológica. Isso vai além da mera sobrevivência, incluindo a busca por equidade e qualidade de vida. Esses objetivos só podem ser alcançados se considerarmos o cuidado com a vida e ajustarmos o desenvolvimento econômico ao ritmo biológico e ecológico. Nesse contexto, é urgente redefinir o conceito de cidadania, incorporando uma educação ambiental que busque formar sujeitos ecológicos nos espaços públicos e privados. Isso implica construir relações críticas com a ciência da natureza, indo além dos conceitos ecológicos, e convocar um comprometimento coletivo para lidar com as desigualdades entre os países do sul e do norte.

Dessa forma, o presente trabalho atingiu os objetivos delineados ao identificar que os ecofeminismos trazem pautas e discussões enriquecedoras para o campo de pensamento da educação ambiental no âmbito formativo. No entanto, é crucial fomentar mais discussões sobre este segmento, pois é evidente que os ecofeminismos transcendem a mera categorização de uma teoria crítica; eles também se manifestam como uma filosofia e uma lente interpretativa essencial para impulsionar a transformação no mundo. Ao se apresentar como um precursor fundamental para promover diálogos, os ecofeminismos iluminam as interconexões entre a dominação humana sobre a natureza e a desigualdade entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Caderno Meio Ambiente [livro eletrônico]: **Educação ambiental: educação para o consumo**. Brasília, DF. 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematico/s/caderno_meio_ambiente_consolidado_v_final_27092022.pdf. Acesso em 26 set. 2023.
- BUENO. W. Sobre Interseccionalidade. In: COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo. p. 3-4, 2020.
- CIOMMO, R. C. Saiba o que é EcoFeminismo | Mulheres e a sustentabilidade | Biosfera. BOA VONTADE TV. **Youtube**, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fupgx-iOZok&ab_channel=BOAVONTADETV. Acesso em: 04 dez. de 2022.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.
- CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental?. Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural, **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 2, ed. 2, p. 43-51, 2001. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Revista_Agroecologia_parte11.pdf. Acesso em: 07 jul. 2023.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental**. Educação: Teoria e Prática, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 46-56, 2001. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1597/1358>. Acesso em: 22 set. 2023.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- CRENSHAW, K. **A Urgência da interseccionalidade**. TEDWomen, 2016. Disponível: https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-BR&subtitle=pt-br. Acesso em: 31 jul. 2023.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- CYRINO, R. Essencialismo de gênero e identidade sexual: o caso das mulheres executivas. **Caderno Espaço Feminino**, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/14219>. Acesso em: 3 jul. 2023.

DELVAL, J. **O desenvolvimento psicológico humano**; tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2013.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas - 9 ed. - São Paulo: Gaia, 2004.

DE BORBA, J. H. O. M.; MOREIRA, J. B. NEOFEMINISMO: os movimentos de mulheres do sul global podem redirecionar o feminismo?. **Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada)**, v. 15, n. 2, p. 49-56, 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/9460>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017.

GAARD, G. Ecofeminism revisited: Rejecting essentialism and re-placing species in a material feminist environmentalism. **Feminist formations**, v. 23, n. 2, p. 26-53, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41301655>. Acesso em: 03 mar. 2023.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Editora Elefante, 2020.

INTERSECTIONALITY: A Critical Framework for STEM Equity. Disponível em: https://www.awis.org/wp-content/uploads/AWIS_FactSheet_Intersectionalityv4.pdf. Acesso em 06 set. 2023.

ISLA, A. NOBRE, M. MORENO, R. SAORI, S. HERRERO, Y. Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF **Sempreviva Organização Feminista**, 2020.

JUNIOR, L. C. A; VASCONCELOS, Eliane C. A. **Educação Ambiental**. Revista Síntese - Direito Ambiental, 2012. Disponível em: <https://www.aceti.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

KUHNEN, T. A. Dra. Tânia Kuhnen fala sobre ecofeminismo. ANPOF. **Youtube**, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qf0i2QD7Q64&ab_channel=ANPOFOficial. Acesso em: 15 ago. 2023.

KUHNEN, T. A. É possível dizer algo novo sobre essencialismo de gênero?. **Revista Estudos Feministas**. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FQcxXx3tD9Qz4LqgvRXp8Mq/?lang=pt#>. Acesso em 3 jul. 2023.

MARCATTO, C. **Educação ambiental**: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002. Disponível em: https://jbb.ibict.br/bitstream/1/494/1/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

MIES, M. SHIVA, V. **Ecofeminismo**; tradução Carolina Caires Coelho. - Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

NAHRA *et al.* **Revista Sustentarea**. [livro eletrônico]: vol. 5. n. 2. 2021.

Disponível

em:<https://www.fsp.usp.br/sustentarea/wp-content/uploads/2021/07/Revista-10-jul-21.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

OLIVEIRA, C. S. M.; DE PAULA, A. M. N. R.; GUEDES, C.; THÉ, A. P. G. Saberes femininos e ecofeminismo: diálogos em epistemologias do conhecimento.. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 10., 2021 Niterói. Anais. Meio Digital. Even 3. 2021. Disponível em:<https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437474-SABERES-FEMININOS-E-E-COFEMINISMO--DIALOGOS-EM-EPISTEMOLOGIAS-DO-CONHECIMENTO>. Acesso em: 21 dez. 2022.

OSÓRIO, A. Ecofeminismo, teorias do *care* e as críticas à protetoras de animais de rua. **Revista Estudos Feministas**, v. 26. ed. 3, e57762. Epub November 14, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/g37rWjtX3hrs7H3Q5hLNHgM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saúde e sociedade**, v. 7, p. 19-31, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/szsPnKWNPM3ZZvjpFBZRLDj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PEREIRA, G. S. The Death of Nature quarenta anos depois: as contribuições para o ecofeminismo e a historiografia da ciência. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, ed. 2, p. 690-692, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ksS5Cz8J8zY5ctZsRQPksnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PEREIRA, F. S. M.; BERSANI, H. Crítica à interseccionalidade como método de desobediência epistêmica no Direito do Trabalho brasileiro. **Rev. Direito e Prática**, 11(4). p. 2743- 2772, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/wmbnF8MrDGwg3H7Xxyc6Kcb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PHILLIPS, M; RUMENS, N. **Contemporary perspectives on ecofeminism**. Routledge, 2015.

PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. v.14.

PULEO, Alícia H. **Ecofeminismo**: para otro mundo posible. 2. ed. Valencia (Espana): Ediciones Cátedra Universidad de Valencia, Instituto de la Mujer, 2013.

ROCKETT, A. N.; LUNA, J. M. F.; GUERRA, A. F. S. Educação Ambiental e consumismo: considerações sobre ações desenvolvidas pelo Terra Limpa.

Educação (UFSM), v. 44, 9 out. 2019. Disponível em: ;
<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/31853/html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNNEN, T. A.
Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. - Rio de Janeiro. Ape'Ku Editora, 2019.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**, p. 17-44, 2005. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586522/mod_resource/content/1/sauve%20correntes%20EA.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

SOCIOAMBIENTALISMO II, DIREITO AMBIENTAL E. XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM-PA. 2019. Disponível em:
<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/048p2018/5junxk3/4c9ZQ2i7ub70EsM2.pdf>. Acesso em 08 nov. 2023.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4422099/mod_folder/content/0/ecofeminismo%20.pdf. Acesso em 04 dez. 2023.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo e epistemologia. Rede Brasileira de Mulheres Filosóficas. **Youtube**, 2020. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=wHz6ds7E-0M&t=4044s&ab_channel=RedeBrasileiradeMulheresFilosoficas. Acesso em: 04 dez. 2022.

SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n.3, 2022. Edição especial temática sobre desenvolvimento sustentável. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ram/a/wf3ChsSgFc8mcYCYJ57RGnZQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUZA, I. P.; RAMÍREZ-GÁLVEZ, M. C. Os sentidos e representações do ecofeminismo da contemporaneidade. In: DONAT, M.; IVANO, Rogério. **Anais VII SEPECH (Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas)**. Londrina. 2008.

ZULETA, M. K. P. Educación Ambiental Crítica y Feminismos, Del Sur: un diálogo ineludible. **Meio Ambiente e Educação**, v. 26, não. 2 P. 216-245, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/12654/10351>. Acesso em: 31 out. 2023.